

**Boletim Número 54****Data: Janeiro-Fevereiro-Março/2012****EDITORIAL**

Para 54ª edição do Boletim PROEALC foram selecionados importantes artigos críticos sobre temas centrais para a compreensão da América Latina no contexto mundializado atual, a saber: 1) a questão da liberdade de expressão e as leis que privatizam a propriedade intelectual na internet; 2) a centralidade da água enquanto recurso estratégico e sua distribuição; 3) extrativismo mineral e a questão ecológica na América Latina; 4) os debates da Cúpula dos Povos e as soluções da Rio+20. Destacamos ainda, um texto sobre o exemplo Argentino de punição aos torturadores da sua ditadura (1966-1973), tão importante para uma região em que as liberdades democráticas e os direitos humanos foram aviltados por inúmeras ditaduras militares.

Contamos também com a colaboração de integrantes da equipe do Programa que, na coluna Espaço Aberto, escreveram sobre a expulsão violenta, por parte do aparato coercitivo do governo estadual, dos moradores da área chamada Pinheirinho, em São José dos Campos, no Vale do Paraíba, interior paulista.

Por fim, apresentamos a agenda do trimestre e os lançamentos de títulos sobre temas pertinentes à realidade latino-americana. Esperamos que todos façam uma boa leitura e que contribuam conosco, retornando suas impressões e nos ajudando a divulgar este espaço.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire  
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Anísio Borba  
Graduando em Ciências Sociais pela UERJ  
Bolsista de Apoio Técnico – PROEALC/CCS/UERJ

***Em Foco I******A quem pertence a internet?***

Conjunto de propostas de leis cercam a liberdade de expressão e ampliam o poder da “indústria dos copyrights” e dos Estados Unidos sobre a internet

*Eduardo Sales de Lima*  
*da Redação, 01/02/2012*

Pressão da sociedade e falta de apoio no Congresso estadunidense causaram o adiamento da votação do Sopa (Stop On-line Piracy Act – Pare com a pirataria on-line, em tradução livre) e do Pipa (Protect IP Act – Ato pela proteção da Propriedade Intelectual) em prazo indefinido. As duas propostas visam bloquear o acesso a sites e aplicações na internet que sejam consideradas violadoras da propriedade intelectual estadunidense. Em outros termos, poderão influir no próprio caráter de compartilhamento livre de informação.

“A sociedade estadunidense está insatisfeita com o Congresso e a percepção é que congressistas só ouvem o lobby [da indústria do copyright] e não o interesse público. Hoje apenas 9% dos americanos aprovam o trabalho do Congresso, uma baixa histórica. O Sopa e o Pipa, são exemplos de medidas que justificam essa desaprovação”, afirma Ronaldo Lemos, da Universidade de Princeton e apresentador do Mod MTV.

No início de janeiro, em uma entrevista à TV pública espanhola, o sociólogo Manuel Castells salientava que “conservar o poder requer manter o máximo controle possível sobre a informação, e assegurar, sobretudo, que os canais de comunicação sejam verticais”.

A “indústria dos copyright (dos direitos autorais referentes a filmes, músicas e livros)”, percebeu que não adiantava dizer que é crime compartilhar informações para manter seu poder, como lembrou Castells. “Se eles não conseguem intimidar o cidadão, querem criar um tipo de um bloqueio a Cuba no ciberespaço.

Eles perceberam que têm que agir nos provedores da rede, nos provedores de conexão”, afirma o sociólogo e consultor em comunicação e tecnologia, Sérgio Amadeu da Silveira.

Apesar do adiamento da votação desses projetos de lei figurar como uma vitória parcial da sociedade civil, o governo de Barack Obama sinalizou que está à disposição do lobby da “indústria do copyright” ao fechar o site Megaupload. Kim Schmitz, o fundador da empresa, mais três executivos foram presos preventivamente no dia 20 janeiro na capital da Nova Zelândia, Auckland, onde vivem, e aguardam a tramitação de seus processos de extradição nos Estados Unidos. São acusados de praticar pirataria.

## Ultrapassados

Por trás de tais leis existe um conjunto de empresas que tentam forçar uma “lógica do século 20”, que as beneficia. “Se um jovem tem 3 mil músicas no pen drive, é porque ele pode baixá-las. A indústria fonográfica faz um cálculo errôneo de que ‘3 mil multiplicado por uma certa quantia de dólares é o lucro que ela teria’. Se ele tivesse que pagar, ele não iria baixar 3 mil músicas”, explica Marcelo Branco.

Dessa forma, a “indústria do copyright”, como a associação dos grandes estúdios de cinema, a indústria fonográfica, além da Adobe, Apple e Microsoft defendem uma legislação de acumulação de capital levada a cabo no século 20. Como lembra Marcelo Branco, até então havia um criador, o músico, o compositor ou um desenvolvedor de software, que estavam ligados a todo um processo fabril-industrial e que pensava fisicamente o bem cultural, o vinil, o CD, o livro. E essa produção era extremamente cara, e depois ainda havia a distribuição.

O criador e o varejo, as duas pontas da cadeia produtiva do modelo anterior não eram os beneficiários, e sim os intermediários, que tinham a tecnologia para fazer a cópia e o monopólio da distribuição. “Mas no cenário da internet não existe mais o processo fabril. O produto intelectual, seja um livro de poesia ou uma música não tem mais essa intermediação e se estabelece uma relação direta entre o produtor intelectual com o público e a internet como passou a ser um obstáculo no modelo de acumulação dessas empresas”, assevera Marcelo Branco.

## Prática

Com a aprovação dessas leis no Congresso estadunidense, a cultura da comunicação compartilhada sofreria um retrocesso. “Se eu publicar um conteúdo do G1 (agência de notícias) no Facebook, protegido pelo copyright, eu e essa rede social seremos os responsáveis. No caso do Wikipedia, vários links apontam para

outros conteúdos com copyright, mas em vez de prejudicar, beneficiam essas pessoas, pois divulgam seu trabalho”, afirma Marcelo Branco, da Associação Software Livre.org.

Fato é que com o endurecimento da legislação por lá, nenhuma empresa sediada nos Estados Unidos poderá permitir o acesso a um número de IP (protocolo de internet) ou a um domínio de um site acusado de “roubar” informações protegidas de cidadãos ou corporações estadunidenses, sob pena de ser considerado cúmplice.

No caso de sites que abrigam conteúdo protegido por copyright, o projeto de lei exige que, em cinco dias, todas as referências a eles sejam apagadas no Google e o Yahoo, e também nos links do Wikipedia. Os provedores de internet, email, blogs, e redes sociais serão forçados a espionar todo conteúdo publicado por seus usuários em busca de material não autorizado e, por ventura, bloqueá-los.

Nessa mesma linha, como reforça Sérgio Amadeu, se para conter o avanço do software livre em algum lugar do mundo, um laranja dessas grandes empresas acusa o GNU/Linux de violar algumas patentes, o Source Forge (repositório de códigos-fonte) poderá bloquear o acesso às páginas do projeto e o Google deixará de inserir a palavra Linux em suas buscas, a Wikipedia deverá apagar os links que remetam para os sites vinculados ao sistema operacional livre, e os bancos deverão bloquear os recursos financeiros e suspender a conta da comunidade Linux. O destaque é que o Sopa avança no campo do vigilantismo ao responsabilizar o intermediário pelo conteúdo de seu usuário. “O papel do provedor, seja Terra, é justamente garantir a privacidade de informação de seus clientes e não o contrário. A Lei do Azeredo (apelidada de “AI-5 digital”) era isso, o papel de polícia era transferido ao provedor, de vigiar seus clientes e tirar do ar o site”, critica Marcelo Branco.

Na Europa, a Lei Sinde, na Espanha e a Hadopi, na França, já são uma realidade que fere os direitos civis. A Hadopi obriga os provedores a desconectar a pessoa que compartilha arquivos sem autorização e a violou três vezes. A Lei Sinde permite ao governo espanhol até mesmo atuar contra provedores de conteúdo e acesso.

## Geopolítica

Para Ronaldo Lemos, diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, o Sopa e o Pipa vão muito além das leis Sinde e Hadopi, pois afetam a própria estrutura da rede e promove a “balcanização” da rede. “Se outros países seguem na mesma linha, a internet deixa de ser uma rede internacional e se torna uma rede diferente em cada país. Além disso, a aprovação do Sopa é um exercício de poder geopolítico dos EUA, para proteger uma indústria específica: Hollywood e as gravadoras. Nesse sentido, um fator que pode evitar que o modelo se espalhe é que a adoção de leis semelhantes ao Sopa por outros países seria contrária ao seu próprio interesse e serviria apenas para fortalecer o desbalanço de poder com relação aos EUA”, explica Lemos, que também é apresentador do programa de tendências em tecnologia digital Mod MTV, e diretor do Creative Commons Brasil.

Assim, essas leis, além de afetar profundamente a liberdade de expressão na internet, dado que os Estados Unidos concentram a maior parte da infraestrutura da rede e quase todos os serviços e sites utilizados massivamente ao redor do mundo, como Youtube, Facebook, WordPress, Google, Twitter, uma legislação de tal tipo provocará um impacto muito mais abrangente. “A questão principal é que se o Sopa for aprovado, a geopolítica da rede muda. O poder sobre a internet passa a ficar concentrado nos EUA, que podem decidir unilateralmente pela retirada de sites do ar, sem haver sequer um controle prévio pelo judiciário”, reforça Lemos.

Uma reação poderá ser, segundo o diretor do Creative Commons Brasil, o surgimento de redes dentro da rede, criadas por hackers para fugir do controle e dos novos protocolos e infraestruturas mais difíceis de controlar. “O problema é que, com isso, a rede começa a se desintegrar e iniciativas legítimas de outros países como o Brasil saem prejudicadas, com um fluxo de usuários partindo para essas redes informais. É o tipo de medida que não resolve o problema e, ao contrário, piora a questão ao desvirtuar a ideia do que é a internet”, explica Ronaldo Lemos.

Especificamente sobre essa concentração da infraestrutura na internet nos Estados Unidos, o governo brasileiro defende nas Cúpulas de Sociedade da Informação (2003, em Genebra e 2005, em Túnis) que o servidor-raiz (que distribui os endereços na internet e está no estado da Califórnia) seja alocado em um país

neutro e sob a legislação internacional e que a governança da internet não seja mais submetida ao Departamento de Comércio Americano.

## Comércio

Também do ponto de vista comercial, tal proposta de legislação é carregada de malefícios que concentram o poder econômico. “Nos últimos 15 anos houve uma explosão de inovação e novos serviços, do Youtube ao Facebook. Isso foi possível porque a lei dos Estados Unidos dava a segurança e proteção necessária ao empreendedor. Se o Sopa for aprovado, a inovação sai penalizada: qualquer nova iniciativa na rede vai precisar da autorização permanente da indústria pré-internet, especialmente de Hollywood e das gravadoras, hoje os maiores defensores do Sopa. E nesse sentido, o Sopa não traz nenhum benefício ao usuário, apenas à indústria”, pontua Ronaldo Lemos.

Se aprovada, a competição ficará reduzida e países como o Brasil, que são justamente o alvo do projeto, terão seus empreendedores impedidos de criarem um novo site voltado para o mercado global e podem ser penalizados pelos EUA e terem seu site removido do ar sem aviso prévio. “O Sopa cria um novo tipo de barreira comercial, voltada para a internet, discriminando sites localizados fora dos EUA”, conclui Lemos.

Fonte: <http://www.brasildefato.com.br/node/8723>

## *Em Foco II*

---

### *A centralidade da água na disputa global por recursos estratégicos*

*Mônica Bruckman\**

Duas visões contrapostas estão em choque na disputa global pela água. A primeira, baseada na lógica da mercantilização deste recurso, que pretende convertê-lo em uma *commodity*, sujeita a uma política de preços cada vez mais dominada pelo processo de financeirização e o chamado “mercado de futuro”. Esta visão encontra no Conselho Mundial da Água, composto por representantes das principais empresas privadas de água que dominam 75% do mercado mundial, seu espaço de articulação mais dinâmico.

O Segundo Fórum Mundial da Água, realizado em 2000 declarou, no documento final da reunião, que a água não é mais um “direito inalienável”, mas uma “necessidade humana”. Esta declaração pretende justificar, do ponto de vista ético, o processo em curso de desregulamentação e privatização deste recurso natural. A última reunião realizada com o nome de IV Fórum Mundial da Água, em março de 2009, em Istambul, ratifica esta caracterização da água. Um aliado importante do Conselho Mundial da Água foi o Banco Mundial, principal impulsor das empresas mistas, público-privadas, para a gestão local da água.

A outra visão se reafirma na consideração da água como direito humano inalienável. Esta perspectiva é defendida por um amplo conjunto de movimentos sociais, ativistas e intelectuais articulados em um movimento global pela defesa da água, que propõe a criação de espaços democráticos e transparentes para a discussão desta problemática a nível planetário. Este movimento, que não reconhece a legitimidade do Fórum Mundial da Água, elaborou uma declaração alternativa à reunião de Istambul, reivindicando a criação de um espaço de

debate global da água nos marcos da ONU, reafirmando a necessidade da gestão pública deste recurso e sua condição de direito humano inalienável [1].

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em julho de 2010, a proposta apresentada pela Bolívia, e apoiada por outros 33 Estados, de declarar o acesso à água potável como um direito humano. Como previsto, os governos dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e o Reino Unido se opuseram a esta resolução, fazendo que perdesse peso político e viabilidade prática, na opinião de Maude Barlow, ex-assessora sobre água do presidente da Assembleia Geral da ONU [2]. Estes quatro países, e suas forças políticas mais conservadoras, aparecem como o grande obstáculo. O perigo para os operadores da água é grande, certamente, um reconhecimento da água e do saneamento como direito humano limitaria os direitos das grandes corporações sobre os recursos hídricos, direitos consagrados pelos acordos multilaterais de comércio e investimento.

Os governos da América Latina estão avançando no reconhecimento da água como direito inalienável e na afirmação da soberania e gestão pública destes recursos. A Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia reconhece, em seu artigo 371, que o “a água constitui um direito fundamentalíssimo para a vida, no marco da soberania do povo”, estabelece também que “o Estado promoverá o uso e acesso à água sobre a base de princípios de solidariedade, complementaridade, reciprocidade, equidade, diversidade e sustentabilidade”.

Certamente, a disputa pela apropriação e o controle da água no planeta adquire dimensões que extrapolam unicamente os interesses mercantilistas das empresas transnacionais, colocando-se como um elemento fundamental na geopolítica mundial. Está claro que o planeta necessita urgentemente de uma política global para reverter a tendência do complexo processo de desordem ecológico que, ao mesmo tempo em que acelera a dinâmica de desertificação em algumas regiões, incrementa os fenômenos de inundação produto de chuvas torrenciais em outras. As consequências devastadoras que a degradação do meio ambiente está provocando e a gravidade da situação global que tende a se aprofundar colocam em discussão a própria noção de desenvolvimento e de civilização.

### **Os aquíferos e a preservação de ecossistemas**

Há muito tempo as investigações hidrológicas dos ciclos globais da água vem demonstrando que 99% da água doce acessível do planeta se encontram nos aquíferos de água doce, visíveis nos rios, lagos e capas congeladas de gelo. Estas águas constituem sistemas hídricos dinâmicos e desenvolvem seus próprios mecanismos de reposição que dependem, fundamentalmente, das chuvas. Parte deste caudal se infiltra nas rochas subjacentes e se deposita debaixo da superfície, no que se conhece como aquíferos. Os aquíferos recebem reposição das chuvas, portanto são, em sua maioria, renováveis.

Dependendo do tamanho e as condições climáticas da localização dos aquíferos, o período de renovação oscila entre dias e semanas (nas rochas cársticas), ou entre anos e milhares de anos tratando-se de grandes bacias sedimentares. Em regiões onde a reposição é muito limitada (como nas regiões áridas e hiperáridas) o recurso da água subterrânea pode ser considerado como “não renovável” [3].

Os aquíferos e as águas subterrâneas que os conformam, fazem parte de um ciclo hidrológico cujo funcionamento determina uma complexa inter-relação com o meio ambiente. As águas subterrâneas são um elemento chave para muitos processos geológicos e hidroquímicos, e tem também uma função relevante na reserva ecológica, já que mantém o caudal dos rios e são a base dos lagos e dos pântanos, impactando definitivamente nos habitat aquáticos que se encontram neles. Portanto, os sistemas aquíferos além de serem reservas importantes de água doce, são fundamentais para a preservação dos ecossistemas.

A identificação dos sistemas aquíferos é um requisito básico para qualquer política de sustentabilidade e gestão de recursos hídricos que permitam que o sistema continue funcionando e, do ponto de vista de nossas investigações, é imprescindível para uma análise geopolítica que procure pôr em evidência elementos estratégicos na disputa pelo controle e apropriação da água.

As grandes reservas hídricas como a bacia do Congo, Amazonas, o aquífero Guarani ou os grandes lagos de África central coincidem com a existência de grandes populações em expansão e fortes conflitos étnicos e religiosos. Além disso, grande parte dos países desta região se encontram fortemente pressionados pelo sistema financeiro internacional que tenta implantar uma gestão neoliberal dos recursos hídricos através de

seu pessoal técnico para os quais as estações de tratamento de água, reciclagem e construção de mecanismos que evitem a contaminação dos aquíferos são gastos supérfluos [4].

Trata-se de um processo violento de expropriação e privatização do recurso natural mais importante para a vida. Apesar da centralidade da água potável para consumo humano, é necessário assinalar também a importância vital deste recurso para a agricultura, que afeta diretamente a soberania alimentar e para o processo industrial em seu conjunto.

Os maiores aquíferos da Europa se encontram na região euro-asiática, destacando-se, por sua dimensão, a bacia Russa, mais próxima à região polar. A Europa ocidental se vê reduzida a um único aquífero de médio porte, na bacia de Paris. Em quase todos os casos, as reservas de água da Europa padecem de problemas que afetam sua qualidade, o que ampliou drasticamente o consumo de água engarrafada, que se converteu em um item obrigatório na cesta de consumo familiar [5]. A Europa registra, proporcionalmente, a maior taxa mundial de extração de água para consumo humano: do total de água que se extrai, mais de 50% é utilizada pelos municípios, aproximadamente 40% se destina à agricultura e o resto é consumido pelo setor industrial.

A Ásia depende dos grandes aquíferos do norte de China e a Sibéria, mais próxima da região polar. Um dos casos mais graves é o da Índia, que junto com os Estados Unidos, tem uma das taxas mais altas de extração de água subterrânea do mundo.

A América do Sul possui três grandes aquíferos: a Bacia do Amazonas, a Bacia do Maranhão e o sistema aquífero Guarani, que mais parece um “mar subterrâneo” de água doce que se estende por quatro países do cone sul: Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Pelo volume das reservas destes aquíferos e pela capacidade de reposição de água destes sistemas, a América do Sul representa a principal reserva de água doce do planeta.

As regiões mais críticas, por ter uma reposição limitada de água (menos de 5 milímetros de chuva por ano), são: o norte de África, na região desértica do Saara; a Índia; a Ásia central; grande parte da Austrália; a estreita faixa desértica que vai da costa peruana até o deserto de Atacama no Chile e a região norte do México e grande parte da região centro-oeste dos Estados Unidos. Nestas regiões, pode-se considerar a água como recurso não renovável. A África sub-sariana, o sudeste asiático, a Europa, os Balcãs, a região norte da Ásia e a região nor-ocidental da América do Norte registram níveis moderados de reposição de água, entre 50 e 100 mm por ano.

A região de maior reposição de água do mundo é a América do Sul onde, em quase todo o território subcontinental, registram-se níveis de reposição de água maiores de 500 mm/ano, o que constitui o principal fator de abastecimento dos sistemas aquíferos da região. Esta altíssima capacidade de reposição de águas superficiais e subterrâneas é fundamental, não só para o abastecimento de água doce, mas também para a manutenção e reprodução dos sistemas ecológicos e da biodiversidade na região.

## Notas

1) Ver: Mabel Faria de Melo. “Água não é mercadoria”. Em: ALAI, 3 de abril de 2009.

2) Ver: Roberto Bissio. El derecho humano al agua. Disponível em <http://alainet.org/active/39769>

3) Atlas of Transboundary Aquifers. Global maps, regional cooperation and local inventories. Paris: UNESCO, p. 16.

4) TEIXEIRA, Francisco Carlos. Por uma geopolítica da água. 23 de janeiro de 2011. Disponível em [http://www.tempopresente.org/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=77](http://www.tempopresente.org/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=77)

5) Ibid.

**Fonte:** <http://alainet.org/publica/473.phtml> da revista “América Latina en Movimiento”, No 473, correspondente a março de 2012 e que tem como tema “Extractivismo: contradicciones y conflictividad”.

\* Monica Bruckmann é socióloga, doutora em ciência política, professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) e investigadora da Cátedra e Rede UNESCO/Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável - REGGEN.

### Em Foco III

#### Extractivismo, fronteras ecológicas y la geopolítica de los recursos en América Latina

Gian Carlo Delgado Ramos\*  
2012-03-14

La sociedad moderna se torna cada vez más compleja al tomar recursos de la naturaleza de modo creciente y desechar a la misma una gran cantidad de residuos. El proceso está alterando los ecosistemas y el propio funcionamiento de los ciclos biogeoquímicos, pero a diferencia de civilizaciones pasadas, el sistema actual de producción depreda los recursos y produce entropía (energía y materia disipada) a una velocidad nunca antes registrada en la historia del ser humano.

Los efectos de tal dinámica son múltiples, desde el inequívoco cambio climático y la destrucción de la capa de ozono, a la trasgresión de los límites del ciclo del nitrógeno y del fósforo, la acidificación de los océanos, la ruptura del ciclo del agua con miles de represas, el intenso cambio de uso del suelo, la pérdida de biodiversidad, entre otros (léase Rockström et al, 2009). Datos sobre el estado actual del orbe con respecto a las mencionadas fronteras ecológicas –dentro de las cuales debería mantenerse el ser humano a modo de no generar cambios irreversibles– se ofrecen en la Tabla 1.

Tabla 1. Fronteras Ecológicas Planetarias.			
Frontera planetaria	Estado antes de 1850 (preindustrial)	Frontera propuesta	Estado actual
Cambio Climático (alteración del ciclo del carbono)	280 partículas por millón	< 350 partículas por millón	391 partículas por millón (al 2010)
Acidificación Oceánica*	3.44 $\Omega$ arag*	2.75 $\Omega$ arag	2.90 $\Omega$ arag
Capa de Ozono	290 unidades Dobson**	276 unidades Dobson	283 unidades Dobson
Ciclo biogeoquímico del nitrógeno	0 toneladas / año	35 millones de toneladas / año	121 millones de toneladas / año
Ciclo biogeoquímico del fósforo	1 millón de toneladas / año	11 millones de toneladas / año	8.5 – 9.5 millones de toneladas / año
Uso humano de agua dulce (alteración del ciclo del agua)	415 km <sup>3</sup>	4,000 km <sup>3</sup>	2,600 km <sup>3</sup>
Cambio de Uso de Suelo	Bajo	15%	11.7%
Pérdida de Biodiversidad (tasa de pérdida de especies)	.1 – 1 especies por millón	10 especies por millón	100 especies por millón
Contaminación química	inexistente	Desconocida***	Desconocido***

Fuente: Rockström et al, 2009.

Una disminución en el valor significa un aumento en la acidificación. Los datos indican el estado de saturación de aragonita ( $\Omega$  arag).

\*\* Una unidad Dobson equivale a 0,01 mm de espesor de la capa de ozono en condiciones normales de presión y temperatura.

\*\*\* No se cuentan con indicadores que permitan medir de modo estandarizado este tipo de contaminación aunque sí existen algunas pruebas metodológicas para tóxicos específicos. De especial atención son los contaminantes orgánicos persistentes, los plásticos, los disruptores endocrinos, los metales pesados y los desechos radioactivos.

Los cambios que nos colocan en la actual coyuntura son producto de relaciones sociales, productivas y de poder específicas. Se puede argumentar que en general hay una mayor responsabilidad histórica de parte de los países metropolitanos[1] puesto que en la periferia, en promedio, poco menos de la mitad de la población, no tiene hoy día acceso ni siquiera a las más básicas innovaciones producto de la modernidad (e.g. energía suficiente, agua de calidad, servicios de saneamiento o médicos, ya no se diga de telecomunicaciones, entre otros). La responsabilidad es pues diferenciada, entre naciones como entre sus propios habitantes.

El fenómeno es en gran medida resultado del *metabolismo social capitalista* en tanto que la naturaleza es funcionalizada o supeditada a las dinámicas de acumulación de capital más allá de cualquier otra consideración de tipo social, ambiental o cultural, de ahí que no en pocas ocasiones promueva esquemas que desde la perspectiva de la vida son irracionales, despilfarradores y destructivos. Y es que el *desarrollo* en el actual sistema de producción es prácticamente entendido como crecimiento económico, mismo que requiere de una constante y creciente transformación de la naturaleza y de la explotación del trabajo, esto es, de ciclos ampliados de producción-circulación-consumo.

En tal sentido, a la par de una mayor acumulación de capital, atestiguamos un acelerado aumento del metabolismo social. Los datos sugieren que entre 1900 y el 2000, cuando la población creció cuatro veces, el consumo de materiales y energía aumentó en promedio hasta diez veces; el incremento del consumo de biomasa en 3.5 veces, el de energía en 12 veces, el de metales en 19 veces y el de materiales de construcción, sobre todo cemento, unas 34 veces (Krausmann et al, 2009). De este modo, al cierre del siglo XX la extracción de recursos naturales era de 48.5 mil millones de toneladas (más de una tercera parte biomasa, 21% combustibles fósiles y 10% minerales), registrándose un consumo global *per capita* de 8.1 toneladas al año con diferencias per cápita de más de un orden de magnitud (Steinberg, Krausmann y Eisenmenger, 2010).

Para el 2010 las estimaciones rondaban las 60 mil toneladas de materiales al año y unos 500 mil petajoules de energía primaria (Weisz y Steinberger, 2010). El 10% de la población mundial más rica acaparaba entonces el 40% de la energía y el 27% de los materiales (Ibid). Mientras el grueso de tal población se ha concentrado en las últimas décadas en EUA, Europa Occidental y Japón, en contraparte, las regiones que principalmente han abastecido el mercado mundial de recursos naturales han sido América Latina (AL), África, Medio Oriente, Canadá y Australia (Dittrich y Bringezu, 2010). China, Corea del Sur, Malasia e India se colocan como importadores netos de recursos en los últimos años (Ibid), ello pese a que en algunos casos, tienen una producción doméstica importante.

Lo anterior advierte un futuro próximo socio-ambientalmente inquietante pues las proyecciones para las próximas décadas precisan un consumo creciente y marcadamente desigual. De seguir sin cambio alguno, el aumento en la extracción de recursos naturales podría triplicarse para el 2050, mientras que si se opta por un escenario moderado, el aumento sería en el orden del 40% para ese mismo año (esto es unas 70 mil toneladas en total) (UNEP, 2011: 30). Mantener los patrones de consumo del año 2000, implicaría por el contrario, que los países metropolitanos disminuyan su consumo entre 3 a 5 veces, mientras que algunos “en desarrollo” lo tendrían que hacer en el orden del 10% – 20% (Ibid).

## El extractivismo visto desde AL

La dinámica extractivista en curso no sólo responde al rol asignado a la periferia en la división internacional del trabajo[2], sino a un aumento mundial en la demanda de materiales y de energía debido al crecimiento poblacional y sobre todo a causa del aumento en los patrones de consumo de una clase media y alta mundial cada vez más despilfarradora. También es producto de la actual coyuntura económica que ha estimulado que buena parte de los ahorros y la especulación -incluyendo los fondos de pensiones, dígame canadienses (Sacher, 2011; Latta y Williams, 2012)- se dirijan a las industrias de la energía, los metales y minerales.[3] A lo



anterior se suma la visualización del agotamiento de las reservas de algunos materiales, en particular de aquellas de más fácil acceso y por tanto cuya extracción es más rentable.

Es un esquema en el que, sin embargo, las exportaciones de recursos naturales de AL son cada vez más baratas, tanto socio-ambiental como económicamente (muestran una tendencia histórica de su valor a la baja)[4]; ello al tiempo que las exportaciones de los países metropolitanos o ricos, contienen un alto valor agregado pues el negocio de transformación de mayor valor de los recursos naturales suele darse en esos países, desde la petroquímica y la metalmecánica, a las tecnologías de vanguardia como las telecomunicaciones, la electrónica, la robótica, etcétera (Delgado, 2010 y 2011).

El agravamiento del extractivismo es observable, particularmente en zonas donde se encuentran los yacimientos más accesibles y las regulaciones más laxas y favorables a la inversión extranjera, tal y como sucede en muchos países de América Latina.

### Dependencia y geopolítica en AL.

Estados Unidos (EUA) ya daba cuenta de su dependencia de minerales al término de la Segunda Guerra Mundial al tiempo que visualizaba desde entonces una futura dependencia petrolera[5]. En tanto que se consideraba que su proyección hegemónica estaba en juego, a partir de ese momento la vinculación entre seguridad y el acceso a los recursos se hizo presente en la agenda de seguridad y de política exterior estadounidense. Frente a tal situación EUA definió establecer una estrategia nacional de almacenamiento, misma que en 1979 contemplaba que, "...además de los proveedores estadounidenses, sólo proveedores Canadienses y Mexicanos podrán ser considerados como fiables" (NRC, 2008: 28). Para 1991 se consideraban también a los países de la cuenca del Caribe como fuentes fiables (Ibid: 29). Entrado el siglo XXI, EUA clasifica su creciente dependencia de materiales en estratégicos y críticos, esto es, aquellos claves para su economía, con bajo o nulo grado de sustitución y, en el caso de los críticos, relevantes para el complejo militar industrial (NRC, 2008; para un análisis al respecto, léase Delgado, 2010 y 2012).

Casi en unísono, la Comisión Europea (2010) daba cuenta de la agudización de su dependencia haciendo fuerte énfasis en el rol de China como gran consumidor mundial, pero también como abastecedor de materiales clave. No sobra señalar que el posicionamiento europeo tiene como antecedentes estudios y posicionamientos nacionales de Reino Unido, Alemania, Austria y Francia (Ibid).

Reconociéndose como el tercer país que más demanda minerales, después de EUA y China, Japón se posicionó también a principios de este siglo, señalando la necesidad de mantener un sistema de almacenamiento estratégico en tanto que su dependencia a las importaciones de minerales es prácticamente total, pero con mayor énfasis en el caso de aquellos no ferrosos como las tierras raras (Kojima, 2002).

Por su parte, como es evidente, China se plantea en el escenario mundial hacer inversiones sustanciales para dotarse de reservas de materiales que no tiene o cuyas reservas nacionales son limitadas ante las demandas de su pujante economía. El interés ha sido progresivo, rebasando lo regional para proyectarse en África y más recientemente en AL. Y es que en 2005 China ya consumía el 26% del acero y el 47% del cemento mundial; era el mayor consumidor de plomo y el mayor productor y consumidor de carbón del mundo con más de 2,200 millones de toneladas métricas (Li, 2006). A ello se suma un consumo superior a los 7.5 millones de barriles de petróleo al día, de los cuales 3.7 debe importar. Tales patrones de consumo se dan en un contexto en el que China no sólo está expandiendo su infraestructura de manera inusitada, sino que además en el que apuesta por desarrollar tecnologías de frontera que demandan minerales específicos, de ahí que, por ejemplo, definiera dar un giro nacionalista con respecto a la gestión de sus reservas de tierras raras –las más importantes del mundo dado el alto grado de concentración de las mismas y por tanto por su comparativamente bajo costo de producción.

Y si bien todos los países indicados apuestan discursivamente por un eventual aumento del reciclaje como manera de reducir su dependencia, no en pocas ocasiones resulta en la práctica mucho más barata la naturaleza; es decir, la extracción de materiales  *frescos* sin considerar sus costos ambientales (por ejemplo, véase para el caso del petróleo y el uranio: Delgado, 2008; para el caso de algunos minerales: Rankin, 2011). Desde luego, ninguno se posiciona en moderar el consumo  *per capita* de materiales y de energía en tanto que ello iría en contra de la creciente acumulación de capital y por tanto de su "*competitividad*"; nuevamente la naturaleza resulta ser barata.

Ahora bien, en tal panorama, AL figura como una región relevante en tanto que cuenta con recursos no despreciables y, en algunos casos, en gran abundancia. Ello queda por demás evidenciado cuando se da cuenta del origen de las importaciones de los países metropolitanos.

El Servicio Geológico de EUA, por ejemplo, reconoce que durante 2011, de los 52 minerales reportados con más de un 25% de dependencia (en términos de importaciones) 33 eran abastecidos en un grado u otro por países del continente americano, siendo 20 de AL y 25 de Canadá (USGS, 2012). De los casos de 100% de dependencia, denota que la totalidad del cesio y rubidio provienen de Canadá; el 100% del estroncio en mineral de México; el niobio en 85% de Brasil; el fluorospato en un 59% de México; y 48% de la bauxita y bauxita de Jamaica y Brasil (Ibid).

Por su parte la Unión Europea (UE) ha reconocido 41 minerales clave, de los cuales 14 son críticos (Comisión Europea, 2010). Brasil es estratégico en cuanto al abastecimiento europeo casi del total de niobio y buena parte del tungsteno, pero también contribuye con cantidades no despreciables de aluminio y bauxita, arcilla, hierro, tantalio, berilio, magnesita y grafito. Bolivia y Perú llegan a aportar el grueso del antimonio, mientras que Argentina y Chile del borato. Perú aporta la cuarta parte del telurio y hasta la tercera parte del zinc. Perú y Chile en conjunto aportan la mitad del cobre que demanda Europa. Chile más de la mitad del litio y del renio y hasta la tercera parte del molibdeno. México la cuarta parte de la diatomita y el fluorospato y, junto con Perú, la tercera parte de la plata. Además, Bolivia exporta cantidades pequeñas pero no despreciables de tungsteno y Venezuela de vanadio (Ibid)

### **Geopolítica del despojo y la resistencia social**

El extractivismo, por lo general, se gesta sobre la base de una permanente acumulación por desposesión (Harvey, 2003), es decir, de un despojo –formalmente legal o ilegal- en tres sentidos: el despojo de los bienes comunes, el del bien común de buena parte de la población e incluso de pueblos enteros, y el despojo gradual del futuro de las generaciones venideras. Justo por ello es que una lectura propia de la ecología política es útil y necesaria, entendiendo a ésta como el estudio o diagnóstico de la complejidad de intereses, estructuras de poder y conflictos existentes en torno a los bienes comunes que figuran como sustento del funcionamiento de la economía mundial, todo en un contexto de factores biofísicos y límites ambientales específicos que, de transgredirse, agreden e incluso hipotecan el futuro de los pueblos y de su entorno natural.

Dejando tal ejercicio analítico para otra ocasión, interesa notar que las nociones de geopolitización o *seguritización* de los recursos se vinculan con los problemas o amenazas visibles o potenciales en torno a su abastecimiento, yendo desde cuestiones asociadas a la erosión de las reservas de fácil acceso, a las condiciones sociopolíticas locales, a las regulaciones ambientales, el avance de frentes tecnológicos que requieren de nuevos materiales, el auge de probables nacionalismos e incluso al incremento de eventos climáticos extremos con potencial de interrumpir el flujo de recursos hacia el mercado mundial. La intensidad de la disputa en curso queda develada con el anuncio de eventuales confrontaciones por los recursos en la Antártida y que eventualmente serían accesibles a causa del cambio climático (Howard, 2009; Smith, 2010).

La disputa, que incluye lo económico, lo diplomático y la fuerza o la amenaza del uso de ésta, no nada más se perfila como algo problemático en la dimensión de las relaciones internacionales, dígame entre los Estados nación, también lo es a nivel del control de los propios territorios y su gente por parte de la industria minera y los grupos de poder local que la avalan y para la cual establecen una diversidad de condiciones ventajosas. En países de AL con proyectos alternativos de nación, una de las principales contradicciones es que pese al avance en ciertos aspectos, el modelo extractivista persiste dejando igualmente a su paso cúmulos de pasivos socioambientales y, en ciertos casos, escenarios de violencia como los experimentados en Bolivia o Argentina. De cualquier modo, el modelo venezolano o ecuatoriano sin duda está lejos de ser comparable al mexicano o colombiano.

Por tanto, conforme se agudiza el extractivismo y la geopolítica del despojo, es palpable el aumento e intensidad con la que se violan los derechos humanos más elementales, pero también con la que se establecen condiciones propicias para que ciertos escenarios se salgan potencialmente de control en tanto que se producen situaciones de reacción social y de consecuentemente criminalización y represión de movimientos sociales, en la mayoría de los casos en defensa legítima de sus recursos y del entorno natural que los contiene y que figura como sustento muchas veces único de vida. No es por tanto casual que al cierre del 2010 se estimara la existencia de al menos unos 155 conflictos activos en 168 proyectos mineros en AL (consúltese: [www.olca.cl/ocmal](http://www.olca.cl/ocmal)). Situaciones de despojo de tierra y agua, de violación al derecho de consulta y otros

derechos humanos básicos, y hasta el asesinato de líderes han sido constantes en los movimientos de afectados ambientales de la región, pero también de la periferia en general.

El debate sobre la securitización de los recursos naturales, con toda la amplitud de aspectos que vincula, se coloca, por tanto, como un asunto de trascendencia que se mantendrá en la agenda latinoamericana, tanto de parte de las elites de poder extranjeras y sus socios regionales, como de los proyectos alternativos de nación, pero también de los pueblos. Más cuando se considera que la crisis económica retroalimenta la crisis ambiental.

Desde el punto de vista de los movimientos sociales, el debate puede ser reducido por algunos actores a un asunto sobre el derecho universal a un medio ambiente sano que es vital para la vida, pero de fondo, lo que está en juego no es sólo eso, sino sobre todo la definición de cómo los pueblos han de relacionarse con la naturaleza y cómo han de gestionar su autonomía.

Con las características socioeconómicas de AL, los límites sociales de tolerancia ante esquemas de creciente saqueo son cada vez menores. Ello ha tornado la lucha ambiental en una lucha de clase, de diversas tipologías de actores, lenguajes y expresiones, operando a distintas escalas espaciales y cada vez más bajo esquemas de *redes de redes*. Algunos son antisistémicos, otros se visualizan como ecologistas, otros sólo no están de acuerdo con un proceso o esquema expoliador particular. En cualquier caso, el rechazo es patente. Estamos pues ante un momento complejo, de crisis e intensa disputa, pero al mismo tiempo de oportunidad para idear, debatir y construir nuevos paradigmas, “otros desarrollos”, con profunda mirada histórica y crítica aguda, que en términos básicos sean socio-ambientalmente más armónicos y justos, que se piensen desde el decrecimiento biofísico (del menor uso posible de materiales y de energía), que se alejen del extractivismo como fundamento e incluyan otras dimensiones humanas más allá de la exclusivamente material, y que desde luego operen bajo genuinas cuotas de poder social.

- *Gian Carlo Delgado Ramos* es economista egresado de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Doctor en Ciencias Ambientales por la Universidad Autónoma de Barcelona. Investigador del Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades de la UNAM.

\* Una versión más corta de este artículo aparecerá en la edición No. 473 de la revista *América Latina en Movimiento* (marzo 2012).

## Bibliografía

- Comisión Europea (2010). *Critical Raw Materials for the EU*. Report of the Ad-hoc Working Group on defining critical raw materials. Julio. Bruselas, Bélgica.
- Delgado Ramos, Gian Carlo (2008). *Sin Energía. Retos y resistencias al cambio de paradigma*. Plaza y Valdés. México.
- Delgado Ramos, Gian Carlo (2010). *Ecología Política de la Minería en AL*. CEIICH, UNAM. México.
- Delgado Ramos, Gian Carlo (2011). *Imperialismo Tecnológico y Desarrollo en América Latina*. Ruth Casa Editorial/Ciencias Sociales. La Habana, Cuba.
- Delgado Ramos, Gian Carlo (2012). “América Latina en Disputa. Extractivismo minero, conflicto y resistencia social.” *Realidad Económica*. No. 265. 1 de enero – 15 de febrero. Buenos Aires, Argentina.
- Dittrich, Monika y Bringezu, Stefan. “The Physical Dimension of International Trade. Part 1. Direct global flows between 1962 and 2005.” *Ecological Economics*. No. 69. Elsevier: 1838 – 1847.
- Harvey, David (2003). *El nuevo imperialismo*, Akal, Madrid, España.
- Howard, Roger (2009). *The New Race for Tomorrow's Natural Resources*. Continuum, Nueva York, EUA.
- Kojima, Shuhei (2002). *Stable Supply of Mineral Resources*. Mineral and Natural Resources Division, Ministry of Economy, Trade and Industry. Tokio, Japón.
- Krausmann et al (2009) “Growth in global material use, GDP and population during the 20th Century.” *Ecological Economics*. No. 68: 2696 – 2705.
- Latta, Alex y Williams, Kari. *Chilean Patagonia in the Balance. Dams, Mines and the Canadian Connection*. The Council of Canadians. Ottawa, Canadá.
- Li, Jennifer (2006). *China's Rising Demand for Minerals and Emerging Global Norms and Practices in the Mining Industry*. USAID-FESS. Working Paper. No. 2. EUA.
- NRC – National Research Council (2008). *Minerals, critical minerals and the US economy*. Committee on Critical Mineral Impacts of the US Economy; Committee on earth Resources. The National Academies. EUA.

- Rankin, W. J. (2011). *Minerals, Metals and Sustainability*. CSIRO Publishing. Australia.
- Rockström et al (2009). "Planetary boundaries:exploring the safe operating space for humanity." *Ecology and Society*. Vol. 14. No.2. Artículo 32. Disponible en: [www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/](http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/)
- Sacher, William (2011). "El modelo minero canadiense: saqueo e impunidad institucionalizados". *Acta Sociológica*. No. 54. Centro de Estudios Sociológicos, FCPyS-UNAM. México. Enero-Abril. Pp.49 -68.
- Smith, Laurence (2010). *The New North. The World in 2050*. Profile Books. Londres, Reino Unido.
- Steinberg, Julia., Krausmann, Fridolin., y Eisenmenger, Nina (2010). "Global patterns of material use: A socioeconomic and geophysical analysis". *Ecological Economics*. Vol. 69: 1150-1157.
- USGS – US Geological Service (2012). *Mineral Commodity Summaries 2012*. Reston, Virginia, EUA.
- Weisz, Helga y Steinberg, Julia (2010). "Reducing energy and material flows in cities." *Environmental Sustainability*. Vol. 2: 185.

[1] Se estima que de 1962 a 2005, sólo los países más industrializados acumularon 75 mil millones de toneladas de recursos provenientes de la periferia (Dittrich y Bringezu, 2010: 1844).

[2] Desde la perspectiva de los países metropolitanos la periferia se asume como espacio de realización de excedentes por la vía de la inversión extranjera directa; como mercado de consumo de mercancías metropolitanas (sobre todo de maquinas herramienta, equipo diverso y bienes suntuarios, pero inclusive de excedentes metropolitanos de granos y otros alimentos); así como lugar desde el que se transfieren recursos naturales y excedentes económicos (periféricos), sea por la vía del mercado como del pago de empréstitos (Delgado, 2011). Desde luego, lo dicho es sólo posible gracias al aval de las estructuras de poder local-nacional que se benefician, en un grado u otro, de tales esquemas económico-políticos de corte extractivista, manufacturero-exportador y en general de periferia dependiente.

[3] Sólo la extracción de oro para el ahorro, pasó del 4% del total del uso del metal a nivel mundial en el 2000 al 38% en el 2009.

[4] Considerando 1876 como año base, la caída en 1913 fue del 15%. Al cierre del siglo XX, se duplicaba la pérdida de valor en tanto que era alrededor del 70% con respecto al año base (Delgado, 2010).

[5] En 1949 el secretario de la Defensa, Louis Johnson, indicaba al Consejo de Seguridad Nacional de EUA que, "...el abastecimiento ininterrumpido de recursos naturales estratégicos de AL hacia EUA es una cuestión vital para cualquier esfuerzo de guerra mayor [de proyección transoceánica] de EUA" (US Policy Regarding Hemisphere Defense, 1949-1950, 810.24/6-1049: 601).

\* **Doctor en Ciencias Ambientales, Universidad Autónoma de Barcelona, España, Maestro en Economía Ecológica y Gestión Ambiental, Universidad Autónoma de Barcelona, España . Licenciado en economía, Facultad de Economía, UNAM**

Fonte: <http://alainet.org/active/53380&lang=es>

## *Em Foco IV*

### *Seminário Internacional da Cúpula dos Povos Define Críticas e Soluções à Rio+20*

Por Eduardo Sá, 20.03.2012

Representantes de entidades da sociedade civil de diversas regiões do país e da América Latina estão no Rio de Janeiro para organizar a programação da Cúpula dos Povos, evento paralelo à Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho. Desde domingo (18) cerca de 60

peças de diversos países participam do Seminário Internacional, promovido pelo Comitê Facilitador da Cúpula dos Povos, para acertar a metodologia do evento, sua operacionalidade e divulgação.

Os temas prioritários da Cúpula serão direitos humanos e dos territórios e soberania alimentar. As atividades vão se orientar em três eixos: causas estruturais da crise ambiental, falsas soluções da economia verde, e propostas com base nas experiências concretas dos povos do mundo inteiro. O modelo de produção agrícola é um dos principais problemas apontados, assim como as políticas de compensações ambientais na emissão de crédito de carbono.

Em coletiva à imprensa, o Comitê disse que se reuniu com o prefeito Eduardo Paes nos últimos dias e ficou acertada a realização das atividades no Aterro do Flamengo, zona sul do Rio. Mas a prefeitura, segundo os organizadores do evento, está dificultando a instalação de acampamentos e alojamentos na região, e quer levar as cerca de 10 mil pessoas esperadas para a Quinta da Boa Vista, longe do Centro da cidade. A estimativa dos organizadores é de até 20 mil pessoas participarem da Cúpula.

“Está em disputa a política de visibilidade, porque a ECO 92 foi um marco nesse território. É um espaço de grande convergência da cidade. Até quinta feira a prefeitura vai nos oferecer uma possibilidade”, afirmou Graciela Rodrigues, do Comitê Facilitador.

Na Cúpula dos Povos haverá convergências auto gerenciadas com temas específicos, que serão debatidos e levados à Assembleia Geral, na qual um documento será sistematizado pela sociedade civil e entregue aos governos. Outras propostas estão em discussão, como a instalação de tendas indígenas, disponibilização de alimentos orgânicos, dentre outras características típicas dos povos durante a realização.

Sandra Mórán, da Guatemala, representante da Marcha Mundial das Mulheres, destacou a importância do Seminário e lembrou que os povos também estarão realizando atividades em seus territórios enquanto a Cúpula ocorrer no Rio de Janeiro.

“Esse é um momento para nos encontrarmos e fortalecermos os movimentos e nossas propostas, a articulação de nossas forças. Na Guatemala estão vendendo os territórios, militarizaram a sociedade, isso implica a abertura dos territórios para as transnacionais. Vão criar, por exemplo, um mega projeto ligando a Guatemala com o Canal do Panamá, que atingirá 5 cidades. Precisamos nos articular enquanto movimento para resistir às multinacionais”, afirmou a militante.

De acordo com Pablo de La Vega, equatoriano coordenador regional da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o modelo atual de desenvolvimento está nos auto destruindo. Ele deu destaque à questão dos territórios, ao lembrar a quantidade de conflitos e mortes de camponeses, indígenas e comunidades tradicionais na disputa pela terra na América Latina.

“A disputa da terra está ligada ao poder. Terras são retiradas dos camponeses e indígenas. É preciso um amplo debate sobre a disposição das terras e suas implicações na vida dessas pessoas no continente. Na Guatemala, por exemplo, a impunidade dos assassinatos de povos indígenas é assustadora. É preciso ter respeito pela Pachamama”, afirmou La Vega.

A principal proposta da Cúpula é sair da crítica e denúncia para a apresentação de propostas concretas dos povos. Nesse sentido, Marcelo Durão, representante da Via Campesina, deu alguns exemplos.

“A reforma agrária continua em pauta, e a agricultura familiar esfria o mundo, tem maior relação com a natureza. É de uso, mas não degradação. Vamos debater essas experiências que a gente não consegue visibilizar, como a agroecologia, que é toda uma relação diferente que o agricultor tem com seu território, a natureza e com o consumidor. É um conjunto de mudanças na produção e desenvolvimento, mas não é só uma mudança técnica”, apontou Durão.

Os movimentos temem o descumprimento dos compromissos assumidos pelos países, assim como ocorreu com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, acordados nas Nações Unidas, nos últimos 10 anos. E sustentam que o sistema capitalista está procurando sua revitalização após a crise de 2008, à custa de direitos adquiridos pelos trabalhadores nas áreas ambientais e trabalhistas. A mercantilização dos bens comuns é uma denúncia recorrente feita pelas organizações.

Segundo Graciela Rodrigues, da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e membro do Comitê Facilitador da Cúpula, há um sequestro da democracia em diversos países, e é preciso resgatar a governabilidade. Ela denunciou, ainda, que a governança global está concentrada, no momento, na mão de poucos países que

integram o grupo das 20 nações mais ricas do planeta, que “não têm legitimidade para governar o mundo, porque não têm o conjunto das opiniões. Tem que se dar um basta às assinaturas de governos que não são cumpridas. Essa economia verde transforma a natureza em lucro”, concluiu.

Haverá uma Caminhada dos Povos no dia 25 de março, a partir das 15h, do Morro Cantagalo até o Parque Garota de Ipanema, no Arpoador, onde vão ocorrer várias atividades. Está previsto na programação shows, oficinas de pipa, agroecologia, arte com lixo e feira de trocas, dentre outras realizações.

(\*) **Matéria reproduzida da** Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Fonte: <http://www.fazendomedia.com/seminario-internacional-da-cupula-dos-povos-define-criticas-e-solucoes-a-rio20/>

## *Em Foco V*

---

### *Punição aos Repressores da Ditadura: Argentina inicia 2012 com 266 condenados e 593 presos*

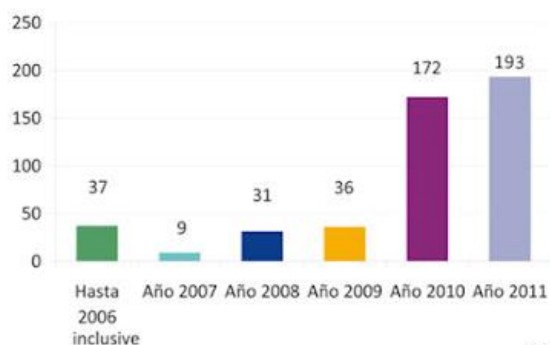
Por Jadson Oliveira \*, 05.03.2012

De Salvador (Bahia) – São patentes os avanços na vizinha Argentina no quesito investigação e punição dos crimes de lesa humanidade – sequestro, tortura e desaparecimento/assassinato de opositores políticos -, cometidos no período de terrorismo de Estado da última ditadura (1976-1983). Especialmente para os brasileiros que estamos dando os primeiros passos nesse sentido, com a aprovação da Comissão Nacional da Verdade, ainda sem ter sequer a sua composição e objeto de polêmica devido a manifestações de militares da reserva.

Em 2006, durante o primeiro governo dos Kirchner (no caso, Néstor), 37 repressores já tinham se sentado no banco dos réus. Anualmente, de lá para cá, o número de processos e processados vem crescendo: somente no ano passado 193 pessoas foram submetidas ao que eles chamam de “juicio oral” (uma espécie do nosso tribunal de júri, mas com corpo de jurados formado por três juízes); também em 2011 terminaram 20 desses julgamentos e 67 pessoas receberam condenações pela primeira vez.

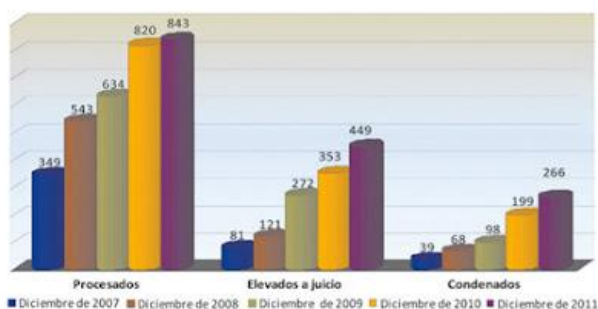
(Isto porque alguns têm mais de uma condenação: os casos mais notórios são do ditador principal, ex-general Jorge Rafael Videla, até agora com três, uma a 25 anos de prisão e duas a prisão perpétua; e do ex-general Luciano Benjamín Menéndez, antigo comandante do 3º. Exército, com sede em Córdoba, já com seis condenações, todas elas a prisão perpétua.

### Cantidad de personas sometidas a juicio oral por año



Cuadro 1

### Procesados, elevados a juicio y condenados



Cuadro 2

E mais: até o final de 2011, o número de condenados chegava a 266 e o de prisioneiros a 593, enquanto 843 estavam submetidos a processos, parte já em prisão preventiva. O balanço foi feito com base em dados fornecidos pela Unidad Fiscal de Coordinación y Seguimiento das causas por violações dos direitos humanos, órgão da Procuración General de la Nación. (Veja os números em detalhes, ano a ano, nas duas ilustrações reproduzidas a partir do jornal *Página/12*. Esta matéria, aliás, está baseada principalmente em informações divulgadas por esse diário argentino, graças ao “milagre” da Internet).

Neste primeiro semestre de 2012 estão começando ou vão começar 11 julgamentos (os tais “juicios orales”), mantendo o ritmo crescente dos processos. Mas, mesmo assim, há muitas denúncias e queixas de entidades que lutam pelos direitos humanos, como as Madres (mães) da Praça de Maio e Abuelas (avós) da Praça de Maio, quanto à morosidade dos processos na instância superior aos “tribunales orales”, a Cámara de Casación Penal, encarregada de revisar as sentenças e completar a tramitação (chegar ao que chamamos “sentença transitada em julgado”). Tal instância passou recentemente por mudanças em sua composição, visando justamente destravar os processos.

#### Luta pela ampliação dos braços da lei para pegar cúmplices civis

Os implicados nos julgamentos até agora, na sua quase totalidade, são militares, policiais e agentes penitenciários. (Estão no bojo dos processos também casos de roubo de bebês nascidos durante o cárcere dos pais e de “voos da morte” – prisioneiros jogados de aeronaves nas águas do mar e do Rio da Prata -, dois tipos cruéis de ação que marcaram bem a ditadura argentina). Um dos aspectos que sobressaem ultimamente é a luta pela ampliação dos braços da lei para pegar cúmplices civis da ditadura, em especial colaboradores e beneficiários da área empresarial, mas também do Poder Judiciário, da Igreja Católica e da imprensa.

Como vemos, há uma longa distância, neste quesito, entre a situação da Argentina e a do Brasil, onde os repressores da ditadura até hoje têm se mostrado intocáveis. Mas não sejamos simplistas: isso pouco tem a ver com a posição do ex-presidente Lula ou da presidenta Dilma, ou com a blindagem dos torturadores

patrocinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF); tem tudo a ver com a realidade política de cada país, com a correlação de forças no seio das estruturas de poder da sociedade e do Estado, particularmente tem muito a ver com a capacidade ou não de mobilização do movimento popular.

(\*) Jadson Oliveira é jornalista baiano e vive viajando pelo Brasil, América Latina e Caribe. Atualmente está em Salvador. Mantém o blog Evidentemente ([blogdejadson.blogspot.com](http://blogdejadson.blogspot.com)).

## *Espaço Aberto I*

---

### *A Mídia e o Massacre do Pinheirinho*

Mônica Brun Beveder  
Fernanda Saete Faustino de Souza\*

No domingo, em 22 de Janeiro, por volta das 6 horas da manhã, após diversas negociações entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual de São Paulo, teve início mais um massacre em nome do capital, desta vez na ocupação Pinheirinho, localizada ao sul do município de São José dos Campos em São Paulo.

O presente artigo tem como objetivo investigar a maneira como a grande mídia noticiou sobre a reintegração de posse (sempre utilizando essa expressão, nunca, por exemplo, a palavra “despejo”), compreendendo de que forma essa “cobertura” (que, certamente, não procurou dar conta de cobrir todos os fatos) contribuiu para a criminalização dos moradores e do movimento social de Pinheirinho, na tentativa de legitimar e justificar as ações truculentas dos governos Municipal e Estadual e a abordagem violenta da polícia. Para isto, utilizamos como principal fonte de pesquisa o portal *on-line* de notícias da Globo, o G1, além de artigos, notícias e demais escritos sobre o caso Pinheirinho publicados em meios de comunicação alternativos.

O grito de denúncia e apoio “Somos todos Pinheirinho!” tomou conta das redes sociais e da mídia alternativa nos primeiros meses deste ano. No início do mês de janeiro, a grande mídia noticiou sobre as manifestações contra a reintegração de posse (já em processo) da forma como costuma noticiar sobre os protestos populares ou movimentos sociais voltados para a defesa dos direitos das classes subalternas: focando os “transtornos” provocados pelos manifestantes que acabaram prejudicando trabalhadores, ou seja, os mesmos que eles dizem proteger e defender. Era o início de mais uma cobertura midiática repleta de omissões, preconceitos e estigmas, evidenciando, mais uma vez, para aqueles que ainda duvidavam, a classe à qual a grande mídia se curva e pertence.

Oficialmente, as terras do Pinheirinho pertenciam à massa falida da Selecta S/A, empresa do megaespeculador Naji Robert Nahas – carinhosamente conhecido como “megainvestidor” pela mídia e famoso pelo seu envolvimento no escândalo financeiro que detonou a quebra da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro no ano 1989. Em seu blog, Altamiro Borges, autor do livro “A Ditadura da Mídia”, defende que, no episódio de Pinheirinho, Nahas, alguns anos atrás retratado como vilão, aparece agora como vítima dos “invasores” que não tem respeito pela “sagrada” propriedade privada.

No final da década de 80 e início de 90, assim como Nahas, a Selecta faliu, e o terreno de mais de um milhão de metros quadrados permaneceu abandonado até o ano 2004, quando famílias de trabalhadores sem-teto, vítimas do déficit habitacional (que chegava a mais de 20 mil habitações em São José dos Campos, segundo dados de uma pesquisa realizada pela Prefeitura e a Unicamp), começaram a ocupar o território para fins de moradia, construindo suas casas, locais de comércio, igrejas, associação de moradores, espaços de lazer, etc. Antes do início da ocupação que chegou a contar com, aproximadamente, 9.000 pessoas, o terreno não cumpria função social alguma, desconforme com o art. 5º, inciso XXIII, da Constituição Federal, que garante o

\* Ambas graduandas da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsistas do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC).



atendimento da função social da propriedade. Após a ocupação, durante oito anos, o governo municipal tratou com total descaso os moradores de Pinheirinho, tentando iniciar ações de despejo, cortar o fornecimento de energia elétrica, negando-lhes qualquer tipo de acesso a serviços públicos e a direitos sociais (FORLIN e COSTA, 2010). O Pinheirinho é um grande exemplo da ausência de políticas habitacionais consistentes do governo municipal voltadas para a população mais pobre.

Contudo, é importante não entender Pinheirinho apenas como mais exemplo de descaso por parte dos governos ou de sua “falta de vontade política”. Indubitavelmente, a operação se insere nas “estratégias” do governo de São Paulo e de São José dos Campos para abrir caminho para que o capital imobiliário se instale no espaço urbano. A chamada “Operação Cracolândia”, iniciada nos primeiros dias do ano 2012, constitui outro exemplo da truculência com que o Estado trata da questão social, tratando-a como questão de polícia. Na operação de reintegração de posse de Pinheirinho foram mobilizados em torno de 2 mil homens da polícia militar (contando com a Rota) com o objetivo de desalojar cerca de 1.500 famílias, com crianças e idosos. O relatório do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) contém 507 depoimentos de vítimas da ação de despejo ocorrida em Pinheirinho. Os relatos contam casos de violência física, moral, danos materiais, violações de direitos de todo tipo, além de denúncias de abusos sexuais cometidos pelos policiais encarregados de “cumprir a lei”.

Como se tratava de uma ocupação realizada pelas classes subalternas, não nos causa surpresa constatar que o termo escolhido para conformar, indiscriminadamente, o discurso midiático tem sido o de “invasão”. Nas matérias em que a palavra “ocupação” foi utilizada foi para se referir ao local físico, ou seja, sem tocar no seu aspecto sócio-político. Na verdade, a ocupação constituiu-se como uma ação política, onde cidadãos procuraram resolver com suas próprias mãos, numa luta pela sobrevivência, o que deveria ser resolvido pelo Estado. A ocupação de Pinheirinho foi fruto, portanto, de uma mobilização anterior à ocupação de fato, conformando-se como um ato político de cidadãos organizados “para extrair o Estado de sua inércia e para buscar a eficácia dos preceitos constitucionais do direito à moradia e da função social da propriedade”, como foi lucidamente colocado pelo magistrado Jorge Luiz Souto Maior, na Revista Consultor Jurídico.

Para a grande mídia, se a ocupação do terreno foi uma “invasão”, as pessoas que ali vivem tornam-se “invasores” que, enganando a todos, atuaram para conseguir tirar proveito da situação. Em crítica à reintegração de posse, o jornalista Ricardo Boechat<sup>1</sup> adverte àqueles que teimam em conceber a ocupação Pinheirinho como ação de pessoas “espertas” que visam se aproveitar da situação: nenhum “esperto” tem como projeto de vida morar numa ocupação, escolhendo viver em condições precárias, lutando a cada dia pela sua sobrevivência, convivendo com o preconceito e descaso do governo, tendo seus direitos básicos violados diariamente, sendo criminalizados por se organizarem politicamente, vivendo com o medo de perder anos e anos de luta e trabalho para a construção de suas moradias, de seu bairro.

Em uma tentativa suja de associar Pinheirinho ao grande vilão de sempre (o tráfico a varejo de drogas), a Globo News, no “Jornal das 10” do dia 23 de Janeiro de 2012, informou que alguns barracões da ocupação eram utilizados para o tráfico de drogas. Em diversas matérias do G1 destaca-se que policiais encontraram drogas na ação de despejo. Esta informação, seja ela verdadeira ou não, nada tem de relevante numa série de notícias que informam sobre Pinheirinho e a reintegração de posse. Afinal, o consumo de drogas existe em qualquer outro lugar, inclusive em bairros “nobres”. Esta associação de Pinheirinho com o tráfico e consumo de drogas consiste, claramente, numa tentativa de desqualificar e criminalizar a ocupação e seus moradores. O discurso nunca é neutro. Ao contrário, ele é perpassado por elementos ideológicos que podem se expressar não apenas nas escolhas de temas, palavras, conteúdos, mas também, através de omissões. O discurso jornalístico não é exceção. Uma informação de tanto valor para entender o caso Pinheirinho como a questão do direito à moradia, garantido pela Constituição Federal de 1988 (art. 6º, inserto no título II, do capítulo II), não foi explorada pela grande mídia. O termo “direito à moradia” foi encontrado apenas em uma matéria, pela citação de um juiz que defendia a suspensão do mandado de reintegração de posse, quando ainda se noticiava sobre as negociações entre a Justiça Federal e a Estadual.

O problema do déficit habitacional, fator de extrema importância para compreender Pinheirinho e qualquer outro tema que envolva a questão da moradia, não foi nem ao menos mencionado. Ainda, não consta em nenhuma matéria coletada o uso da palavra “cidadão”, também palavra-chave para entender o caso. Em Pinheirinho não havia cidadãos, mas sim, moradores, invasores e até vândalos. Em matéria que vangloria a

1 O áudio do comentário na Rádio Band News FM, do programa do dia 24/01/2012, está disponível em: <http://bandnewsfm.band.com.br/Noticia.aspx?COD=567712&Tipo=225>. A transcrição completa encontra-se disponível em: <http://partidodaimprensagolpista.wordpress.com/2012/01/25/comentario-do-boechat-transcricao/>

ação policial e seu “sucesso” (afinal, seu título é “Dezessete são presos durante desocupação em Pinheirinho”) vemos como o discurso da PM é incorporado sem nenhuma crítica ou cuidado, contribuindo para justificar a ocorrência de feridos na operação. “O homem ferido durante a reintegração, de acordo com a PM, fazia parte do grupo de vândalos que derrubou o portão do Centro Esportivo, hoje. Um guarda civil municipal teria atirado contra o manifestante. O homem foi operado para a retirada de uma bala, na região lombar, e passa bem, segundo a prefeitura.”

Novamente, a mídia utiliza dados de fontes oficiais como a Prefeitura e a Polícia Militar, numa complementação e legitimação dialética de discursos. No entanto, coletamos uma notícia que se focou apenas nos relatos de moradores do Pinheirinho, contando sobre sua luta e seu trabalho para a construção de suas casas. É interessante destacar, contudo, que a notícia termina com o depoimento de um morador que diz “a gente sabe que a Tropa de Choque de São Paulo é a mais preparada do país. Mas esse pessoal *está preparado para resistir*. Se entrar a tropa aqui, *vai ter rio de sangue*” (gritamos nossos). Aqui, percebemos como há uma tentativa de produzir o medo a partir do depoimento do morador que, num tom ameaçante, finaliza a notícia. A maioria das notícias que também foram publicadas antes do acontecimento informam, de maneira alarmante, que os moradores estão preparados para “resistir e com violência contra a Polícia Militar caso o mandado de reintegração de posse seja cumprido” (notícia do dia 13/01/2012). Uma notícia do dia seguinte alerta:

Preparados para o confronto, moradores de São José dos Campos, interior de São Paulo, improvisaram escudos, porretes e lanças à espera da polícia (...) Até um cachorro foi usado para intimidar (...) Muitos moradores esconderam o rosto e fizeram questão de mostrar para as câmeras que estão prontos para enfrentar a polícia. Eles foram informados que seriam despejados na última quarta-feira. Atrás do grupo, estavam mulheres e crianças. Um menino segurava um pedaço de madeira.

É interessante notar como as notícias publicadas nos dias anteriores à reintegração de posse pareciam estar preparando o espírito dos leitores para a barbárie que se seguiria, contando com a veiculação massiva das mesmas imagens dos moradores com máscaras e paus.

O medo dos “invasores”, prontos a agir com violência contra a polícia que “cumpre ordens para a garantia da lei”, serviu, novamente, para a criminalização dos moradores, o que tornou justificável e legítima a violência e a violação dos direitos humanos daqueles que nem “humanos direitos” são.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FORLIN, L.G. & COSTA, S.M.F. da. Urbanização e segregação sócio-espacial na cidade de São José dos Campos-SP: o caso Pinheirinho. Revista Geosul, Florianópolis, v. 25, n. 49, p 123-158, jan./jun. 2010.

Jornal de apoio aos moradores de Pinheirinho. Informativo da Comissão de Sindicatos e Movimentos Sociais de São José dos Campos, São Paulo, Janeiro de 2012.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Caso Pinheirinho: Direito de propriedade deve atender à função social. Revista Consultor Jurídico, 30 de Janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-jan-30/pinheirinho-direito-propriedade-atender-funcao-social>

BORGES, Altamiro. Naji Nahas e o Crime no Pinheirinho. Blog do Miro: uma trincheira na luta contra a ditadura militar. Disponível em: <http://altamiroborges.blogspot.com.br/2012/01/naji-nahas-e-o-crime-no-pinheirinho.html>

ARAY, Nabuco. Pinheirinho: Condepe reúne depoimentos de 507 vítimas de abusos. Revista Fazendo Media, 04 de Fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/pinheirinho-condepe-reune-depoimentos-de-507-vitimas-de-abusos/>

\* **Graduandas em Serviço Social/UERJ e Bolsistas de Iniciação Científica**

## Livros/Lançamentos



Harvey, David. *O enigma do capital*. São Paulo, Boitempo, 2012.

Com 130 páginas, o livro “Latifúndio Mídiota” é a segunda obra de Leonardo Severo. O livro traz 20 artigos e reportagens publicados no Portal Mundo do Trabalho, nos jornais Hora do Povo e Brasil de Fato, na Revista do Brasil e no site Vermelho.

“O objetivo do livro é dar voz aos que não tem voz, visibilizar vários temas que continuam sendo solenemente ignorados pela mídia ou inteiramente deformados. A ideia é fortalecer a luta pela democratização e a mobilização dos movimentos sociais por um novo marco regulatório”, afirma Severo. O livro também inaugura o selo Barão de Itararé. De acordo com o autor, a obra pretende ainda fazer com

que as pessoas enxerguem com um olhar crítico e não mais passivo a informação que recebem da velha mídia. “Infelizmente, nós temos uma Constituição que nos seus artigos 220 a 224 não foi regulamentada por conta de uma correlação de forças bastante desfavorável aos movimentos sociais. Temos que estar cada vez mais atentos, unidos e mobilizados num diálogo permanente com a sociedade e governos progressistas para que tenhamos uma verdadeira liberdade na comunicação”, explica.



NOVAES, Henrique T. *Reatando um fio interrompido: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

Florestan Fernandes disse, certa vez, que “os universitários (professores ou estudantes) e os intelectuais de formação universitária (os chamados ‘antigos alunos’) podem percorrer qualquer dos três caminhos que se abrem como ‘possibilidades históricas’ diante deles: o da estagnação relativa; o do desenvolvimento acelerado; ou o da revolução social”. Estávamos, então, sob uma ditadura terrível que, por si só, já entabulava afinidades entre democracia e revolução. Restabelecida a “normalidade democrática” do país, conferimos a ruptura da afinidade: a instituição superior burguesa não seguiria o caminho da revolução social.

Em vez disso, seus discípulos no Brasil e na América Latina, muitos dos quais opositores ferrenhos do regime militar, optaram pela reforma universitária, uma mescla a-crítica de estagnação social e desenvolvimento tecnológico. Pois, na contramão desta tendência neo-apologeta do chamado neodesenvolvimentismo, Henrique T. Novaes compõe um estudo de abordagem rara na academia. Sobretudo porque, ao negar a “científica” neutralidade axiológica, assume comprometimento ideológico com a melhor tradição da crítica marxista no Brasil, na América Latina, na Europa. Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Mauricio Tragtenberg, José Carlos Mariátegui, István Mészáros figuram como referências obrigatórias para realizar análise corajosa do que deveria ser a verdadeira função social do conhecimento constituído no interior da Universidade.

*Reatando um fio interrompido: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina*, muito oportunamente, trata da exceção que resiste à ofensiva neoliberal sobre o ensino superior. Reacende a chama que encontramos nas análises críticas daqueles autores quando enfrentam o processo revolucionário não como ideal. A realidade social é analisada aqui desde a experiência do sujeito em movimentos sociais que visam construir a “desalienação do trabalho”. Habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas são as experiências que analisa trazendo também a iniciativa de professores e pesquisadores, seus pares na academia, cuja consciência social é conduzida pelo difícil, mas extremamente necessário vínculo que a universidade pública deve estabelecer com projetos de caráter popular.

## *Agenda Acadêmica*

---

### **III Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas**

#### **Tema Central América Latina : Processos civilizatórios e crises do capitalismo contemporâneo**

**Data: 27 a 31 de agosto de 2012**

**Local: Campus da UERJ – Maracanã**

**Informações: <http://www.forumcienciapolitica.com.br>**

O Núcleo de Estudos das Américas convida professores, alunos e comunidade para participarem do III Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas sob o tema Américas – O III Congresso será realizado no período de 27 a 31 de agosto de 2012, no Campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob o tema: América Latina : Processos civilizatórios e crises do capitalismo contemporâneo.

O III Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas visa a reunir a comunidade acadêmica brasileira e estrangeira para discutir questões relevantes sobre os processos sociais, econômicos, políticos e culturais das Américas. Pretende também ampliar os estudos sobre Pluriculturalidade, Etnicidade, Religião e Cosmologias, além de fortalecer os estudos sobre as identidades locais, regionais e nacionais.

O III Congresso será realizado no Campus UERJ. A Universidade oferece seus espaços acadêmicos para a apresentação de Comunicações, Pesquisas e outros trabalhos acadêmicos, visando a ampliar os debates, discussões e diálogos que contribuam para o fortalecimento da cidadania, da liberdade de expressão, tolerância e solidariedade entre as diversas culturas.

#### **DESTAQUE:**

#### **TÍTULO DO SIMPÓSIO:**

Sociedade 5: (SOC 5) Pobreza, Desigualdades, Direitos Humanos e “Questão Social” na América latina Contemporânea

**COORDENADOR (Nome e Sobrenome):**

Profa. Dra. Silene de Moraes FreireInstituição: Faculdade de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ

**CO-COORDENADOR (A)**

1 . Nome e Sobrenome

DR. Lier Pires Ferreira Júnior

#### **EMENTA DO SIMPÓSIO**

O Simpósio objetiva construir um painel interdisciplinar através de trabalhos relacionados a algumas temáticas diretamente articuladas a problemática da garantia e defesa dos direitos na América Latina Contemporânea .

Envio do Resumo até 16 de maio, trabalho completo 15 de junho. Resumo 600 caracteres, letra arial 12, envio para o em-mail: [proealc@gmail.com](mailto:proealc@gmail.com), após a aprovação serão divulgadas as regras dos trabalhos completos

### **XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL**

**Data: 04 e 07 de setembro de 2012**

**Local: Universidade Federal do Piauí (UFPI)**

**Informações: [http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppgaarq/arquivos/files/EDITAL\\_XV%20CISOPRE-ALAS%20Brasil\\_2012\(1\).pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppgaarq/arquivos/files/EDITAL_XV%20CISOPRE-ALAS%20Brasil_2012(1).pdf)**

XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste (XV CISO) e PRÉ-ALAS Brasil, que será realizado na Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Teresina, entre os dias 04 e 07 de setembro de 2012, em dois momentos: (a) a seleção de atividades nos distintos formatos aqui definidos e (b) o recebimento e seleção de propostas de trabalho para participação nos Grupos de Trabalho (GTs). O evento terá como tema geral: “DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E PAISAGEM HUMANA DO NORTE-NORDESTE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS”, e será promovido pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Estadual do

Estado do Piauí (UESPI), em parceria com o Centro de Ciências Humanas e Letras, 2 o Departamentos de Ciências sociais, programas de pós-graduação e outras instituições.

### **XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**

**Data: 05 a 09 de novembro de 2012**

**Local: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF**

**Maiores Informações: [http://www.abepss.org.br/agenda\\_res.php?id=17](http://www.abepss.org.br/agenda_res.php?id=17)**

Inscrições de trabalho até o dia 15 de junho de 2012

Eixos temáticos:

-SERVIÇO SOCIAL, FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL;  
 -MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL;  
 -TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL;  
 -POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL;  
 -QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL;  
 -ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL;  
 -SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO, SEXUALIDADES.

### **I Simpósio Nacional de Ética, Política e Direito**

**Data: 20 a 22 agosto de 2012**

**Local: Curitiba/PR**

**Informações: [imposicionacionalpucpr.blogspot.com.br](http://imposicionacionalpucpr.blogspot.com.br)**

Os Congressos têm periodicidade bienal e constituem hoje a maior reunião científica brasileira nas áreas das Ciências Sociais, ocupando também o lugar de mais importante evento da área de Sociologia stricto sensu. Sua programação é estruturada em Conferências, Mesas Redondas, Fóruns, Sessões Especiais, Mini-cursos, Grupos de Trabalho, Laboratórios de Pesquisa e o espaço "Sociólogos do Futuro", destinado à apresentação, no formato de pôsteres, de pesquisas de jovens pesquisadores de todo o país.

#### **Expediente**

##### **Reitor**

Prof. Ricardo Vieiralves de Castro

##### **Vice-reitora**

Prof. Paulo Roberto Volpato Dias

##### **Sub-reitora de Graduação**

Prof<sup>a</sup> Lená Medeiros de Menezes

##### **Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa**

Prof<sup>a</sup> Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

##### **Sub-reitora de Extensão e Cultura**

Prof<sup>a</sup> Regina Lúcia Monteiro Henriques

##### **Diretor do Centro de Ciências Sociais**

Prof. Dr. Léo da Rocha Ferreira

##### **Coordenadora do PROEALC**

Prof<sup>a</sup> Dra. Silene de Moraes Freire

##### **Editora Responsável**

Prof<sup>a</sup> Dra. Silene de Moraes Freire

##### **Assistente Editorial**

Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)

#### **Coordenação de Produção**

Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)

Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)

#### **Colaboradores**

Fernanda Salete Faustino de Souza

Mônica Brun Beveder

Rafael Oliveira dos Santos

Simone Ramos de Queiroz Silva

#### **Projeto Gráfico**

Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)

#### **Diagramação**

Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)

#### **Assessoria de Informática**

Anísio Borba (PROEALC/CCS/UERJ)

Victor Hugo Cardoso Palmeira (ISERJ/FAETEC)

#### **Revisão**

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.